
O MILITAR E O CIDADÃO
E AS RELAÇÕES CIVIL - MILITARES

João José Brandão Ferreira

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL - MILITARES

«Na realidade as guerras só são, como já dissemos, manifestações da própria política. A subordinação do ponto de vista político ao da guerra seria absurdo, visto que foi a política que preparou a guerra; a política é a faculdade intelectual, a guerra só é o instrumento, e não o inverso. Subordinar o ponto de vista militar ao ponto de vista político é, portanto, a única coisa que se pode fazer.»

Clausewitz

(«Da Guerra», Capítulo VI do livro VIII)

INTRODUÇÃO

«O Homem vive em grupo. É um animal social», assim se exprimiu Aristóteles. Viver em grupo exige alguma subordinação do interesse individual ao colectivo. O Dever Militar, neste aspecto, é único: requer a total e inequívoca subordinação do indivíduo ao grupo, mesmo o sacrifício da vida. Assim, as Forças Armadas (FAs) aproximam-se de ser uma forma avançada da Instituição Social ⁽¹⁾.

O soldado vive uma vida ordenada. Esta ordem liberta mais do que oprime.

Está ainda longe de ser incompatível com o Cristianismo. As Escrituras mostram Cristo simpático para com os soldados e duro com os políticos, advogados, financeiros, professores e sacerdotes.

A regularização da vida militar levou a uma maior distinção entre militares e civis: o uso de uniforme, a vida em quartéis, o aumento da especia-

(1) É importante dizer isto aos oficiais mais novos, pois quem se alista fá-lo por razões racionais.

lização das técnicas militares, e a maior complexidade da gestão formal militar acentuou essa diferença. A própria distinção entre Ramos também aumentou.

No entanto, conhecem-se muitos casos em que os militares têm sucesso em áreas não militares.

Em certas alturas a eficiência dos militares em manterem uma estrutura ordenada quando as Constituições Políticas falhavam, resultou na tomada de poder pelos militares. O pretorianismo está espalhado pelo Mundo e varia muito consoante a maturidade das instituições nacionais e o grau de controle das FAs exercido pelas entidades competentes do Estado.

Hoje em dia, os militares apesar da sua identidade própria tendem a aproximar-se dos civis. Muitas das técnicas empregues pelos militares não são exclusivo seu; a comunidade militar vive menos à parte; os uniformes são menos usados fora das unidades e nas actividades sociais; as vestimentas que um general usa no campo são parecidas com as de um mecânico. Os próprios soldados gostam de vestir melhor e de se igualem, por vezes, aos estudantes.

Até que ponto é que esta aproximação e integração irá, embora não se ponha em termos de completa convergência? Cremos que a distinção entre civis e militares continuará e o seu ponto de equilíbrio terá a ver com o momento que passa. Nada, no entanto, deverá destruir ou fazer perigar o valor que o militar tem para a sociedade, e por outro lado os militares não deverão ter problemas em integrar-se na sociedade civil quando desejarem abandonar as fileiras.

Há profissões em que aquilo que se pede ou exige dos que as exercem não pode ser regulado inteiramente por contrato (ex: padres, professores, artistas, marinheiros, agricultores, etc.). Entre elas, a profissão das armas tem e merece uma posição respeitável e de relevo. Há quem, inclusivamente, lhe chame sacerdócio...

A essência da vida militar é a aplicação ordenada da força, debaixo de uma ilimitada responsabilidade e confiança. É esta última que coloca o homem de armas algo à parte.

É sempre um cidadão. Nunca será um civil enquanto serve!

No início dos anos 60 tomou forma nos EUA, sob a égide do Secretário de Estado Robert Nacnamara, uma nova ideia de olhar para a Instituição Militar (IM): ela era comparada a uma grande empresa e, como tal, deveria

ser gerida. O erro de base foi tremendo, esquecendo-se que não se pede a ninguém para morrer pela General Motors ⁽²⁾. O Vietname aí está para confirmar o desastre.

De tudo já se disse do militar. E apesar da IM constituir como que um «seguro» para a Nação, só chamamos pelos soldados, como por Deus, quando estamos em perigo. Não antes.

Os militares têm sido alvo das maiores investidas ⁽³⁾, ao mesmo tempo que mais poesia tem sido escrita sobre eles do que sobre qualquer outro tema. No entanto, o Homem mantém-se obstinadamente aquilo que é, declinando vir a ser o que os reformadores radicais pensam que ele deve ser.

As FAs permitem oferecer ao Poder Político o maior número de opções, quando o uso da força se torna, ou pode vir a tornar, necessário. Quanto melhores, mais bem equipadas, treinadas, etc., forem, maiores as opções.

A vida militar deve permitir que uma entidade política legalmente constituída possa dispor de FAs profissionais. Se quem usa as armas se comportar de um modo não consonante com os interesses da autoridade constituída, usurpando o poder, ou de algum modo pondo os seus próprios interesses à frente, temos o militarismo.

Nas Democracias o Poder Civil controla as FAs através do Estado. Não obstante, os militares têm o dever de participar na vida pública não devendo renunciar ao seu direito de Cidadania.

AS RELAÇÕES DE PODER E SUA EVOLUÇÃO

Todas as sociedades, mesmo as mais civilizadas, têm arranjos institucionais para desenvolver e manter a capacidade de utilizar, deter e absorver violência física quando, e se, for necessário ou vantajoso.

As FAs têm um impacto considerável na sociedade mesmo que não estejam envolvidas em conflito externo: podem duplicar os meios de segurança interna, favorecer a tomada de poder de um grupo ou tomar o Poder elas próprias.

⁽²⁾ No fundo reduziu-se tudo à gestão — saber o que fazer — e esqueceu-se a Liderança — fazer com que se faça.

⁽³⁾ Desde Voltaire, Bernard Shaw, Bertrand Russell, passando pelos movimentos pacifistas e acabando hoje em dia nos «verdes».

Em Portugal ficaram célebres as críticas feitas por intelectuais da geração de 70 do século passado, tais como Eça, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins. Hoje em dia a maioria das organizações da juventude são contra as FAs e sobretudo contra o SMO.

A IM está, no entanto, focalmente orientada para o campo de batalha ⁽⁴⁾. Difere, deste modo, de qualquer outra organização civil, apesar da estrutura burocrática de que dispõe ser semelhante a outras existentes fora do âmbito militar.

O aparecimento das armas nucleares mudou isto, já que o esforço passou a ser feito não na Estratégia de Acção mas na Estratégia da Dissuasão. Esta não funcionará, porém, se as FAs não estiverem capazes de fazer a guerra caso necessário. Assim, a prontidão para o combate continua a ser a medida crítica da eficácia organizacional.

As actividades militares na sua totalidade constituem um sistema institucional funcionalmente integrado com a Sociedade.

O conflito entre civis e militares e sua acomodação são elementos que emergem numa dada ordem social. Existem dois domínios a considerar: o modo como os militares influenciam a vida social, política e ideológica, e, inversamente, a extensão do controlo civil sobre as políticas gerais e práticas específicas da IM.

As tradições ideológicas e mecanismos institucionais existentes para gerar a acomodação podem apaziguar ou exacerbar os diferentes posicionamentos dos dois grupos. Uma fonte maior de conflito potencial existe nas relações entre os chefes militares e os seus governos. Todavia, as relações civis-militares não estão confinadas ao nível governamental. As atitudes dos homens em uniforme e da população civil, uns para com os outros, as relações de trabalho que se formam em contextos específicos e as alianças políticas entre militares e grupos civis, ajudam a determinar a influência que as FAs exercem na Política e na vida social.

Em termos gerais pode dizer-se que o relacionamento entre o Exército ⁽⁵⁾ e o Estado pode decompor-se nos seguintes aspectos:

- O Exército pode absorver o Estado, isto é, a política do Exército e do Estado identificam-se. É o militarismo. Foi o que aconteceu durante certo tempo com Turcos, Mongóis, as Repúblicas Italianas e o Japão imperialista do fim do séc. XIX até à Segunda Guerra Mundial (2GM).

⁽⁴⁾ Se bem que em certos regimes totalitários a prioridade é por vezes desviada para o controlo da vida interna do país.

⁽⁵⁾ Aqui entendido como a globalidade das FAs.

- O Exército pode paralisar e/ou orientar o Estado, tomando a primazia das Instituições Nacionais. É intocável, constitui uma espécie de «Casta», é quase um Estado dentro do Estado. Exemplo disto foi a Wehrmacht na República de Weimar (Alemanha);
- O Exército pode estar submetido ao Estado, por meio de autoridade legal ou influência controlada. Pode, em muitos casos, constituir-se como resistência passiva ou em elemento público conforme o exercício do Partido no poder.
- Nos regimes totalitários, tipo comunista, o Partido comanda o Exército (⁶).
- Nas Democracias o Estado controla o Exército.

Neste último caso, o Exército deve subordinação e obediência ao Poder Político legitimamente constituído, mas não lhe deve submissão.

E sendo subordinado, a sua posição não deve ser de pura subalternidade.

As FAs não são um serviço estadual, mas sim nacional. São uma componente do Estado, mas é à Nação que, em última análise, prestarão contas.

Assim sendo as FAs tenderão a apoiar o Governo tanto mais quanto este for legítimo e realizar os imperativos nacionais. Quando há colisão de deveres, relativos ao Estado ou à Nação, é esta última que deve prevalecer (⁷): O Exército (democrático) é eminentemente nacional, apartidário, acima das variáveis que ocupam o poder político. O Exército procede da Nação.

Segundo Samuel Huntington (⁸) «as instituições militares de qualquer sociedade são modeladas por duas forças: um imperativo funcional para resistir às ameaças à segurança da sociedade e um imperativo social emergente das forças sociais, ideologias e instituições dominantes na sociedade. As instituições militares que reflectem apenas os valores sociais serão incapazes de desenvolver efectivamente a sua função militar. Por outro lado, será impossível conter na Sociedade instituições militares modeladas somente por imperativos militares. A interacção destas duas forças é o nó do problema das relações do instrumento militar com o poder político.

(⁶) «O nosso princípio é o seguinte: O Partido comanda o fusil, e jamais permitiremos que o fusil comande o Partido» — Mao Tsé-Tung.

(⁷) O Direito superior prevalece sobre o inferior.

(⁸) «The Soldier and the state».

Duas questões levantam-se ainda: a questão da legitimidade do poder e a separação entre as funções políticas e as funções militares.

Podemos distinguir três tipos de legitimidade:

Directa, que está baseada no sufrágio universal, quando a vontade dos diferentes elementos é expressa livremente;

Indirecta, que deriva da legitimidade directa, afastando-se dela em termos tais que, por vezes, pouco tem a ver com eles, assentando em esquemas jurídicos justificativos do Poder apelando, por vezes, a teorias religiosas ou outras; a legitimidade pela *força*, ou revolucionária, que se baseia na capacidade física de coagir, não se importando com qualquer outro critério.

A aceitação de um ou de outro tipo de legitimidade varia com o período histórico que se vive.

A legitimidade pela força repousa nas FAs e a forma como se processam as relações dos vários órgãos do Poder com o instrumento militar é um indicador muito concreto sobre quem detém a liderança institucional e, especialmente em período de transição, sobre a estabilidade do regime ⁽⁹⁾.

A separação das funções militares das políticas é fundamental para não haver colisão ou duplicação de esforços ou ingerência de uma área noutra. A questão é velha e já podemos vê-la reflectida em SUN-TSU no seu livro «A Arte da Guerra», escrito no século V a. C., quando diz que: «Fazer nomeação é a incumbência do soberano; decidir na batalha, é do General.» «O General é o protector do Estado... O soberano que consiga a pessoa adequada prospera. Aquele que erra na escolha ficará arruinado.»

Roma resolveu este problema fazendo com que o chefe político fosse também o chefe militar. Noutros casos era o, ou um, chefe militar que, por via da força das suas legiões, assumia o poder político.

Maquiavel, na sua obra « O Príncipe », defende que o Príncipe deve comandar em pessoa o Exército. Sempre que tal não for possível (o que é de evitar) deverá escolher para capitão um cidadão valoroso e limitá-lo com leis, de modo a não exceder as fronteiras das suas funções. Caso não se mostre competente, deverá ser substituído.

No início do século XIX, após a consolidação das sequelas da Revolução Francesa, Clausewitz, no seu livro «Da Guerra», aponta soluções para a resolução do problema do posicionamento das FAs face ao Poder Político.

⁽⁹⁾ General Loureiro dos Santos, «FAs, Defesa Nacional e Poder Político», pág. 268.

Entre muitas considerações subordina claramente a guerra à política afirmando a dado passo: «A subordinação do ponto de vista político ao da guerra seria absurdo, visto que foi a política que preparou a guerra; a política é a faculdade intelectual, a guerra só é o instrumento e não o inverso.

Subordinar o ponto de vista militar ao ponto de vista político é, portanto, a única coisa que se pode fazer.» E acrescenta: «Não se pode elaborar nenhum dos planos gerais necessários à guerra sem um conhecimento íntimo da situação política... isso mostra que um certo conhecimento dos problemas militares não deveria ser dissociado da direcção das questões políticas... Não queremos dizer que este conhecimento das questões militares seja a principal qualidade de um ministro de Estado»; e conclui: «A influência de um homem de guerra sobre o Gabinete é muito perigosa quando este homem não é o general-chefe.»

Porém, uma outra corrente apareceu, já neste século, contradizendo esta última, em que a «razão militar» impunha as suas leis ao poder político. Teve expressão principal na Alemanha e foi seu expoente o General Ludendorff, que afirmava: «Sendo a guerra a expressão suprema da vontade da sobrevivência da raça a política deve servir a guerra.»

Ponto de vista diferente tem Lenine: «a política é o motivo e a guerra é só o instrumento, e não o contrário. Consequentemente, só resta subordinar o ponto de vista militar ao político».

A partir de meados do século passado o impacto da Revolução Industrial produziu inovações muito grandes na condução da guerra, na preparação dos quadros na estrutura organizacional e nas doutrinas tácticas e estratégicas. Reforça-se a necessidade da subordinação do Poder Militar ao Poder Político. Nasce o conceito da Nação em Guerra que obriga à mobilização de todos os meios, económicos, financeiros, diplomáticos, psicológicos e militares disponíveis.

Nas últimas décadas, o brutal desenvolvimento e letalidade dos armamentos criou dissuasão em muitos casos e levou à intensificação dos meios de coacção indirectos. Muitas vezes criaram-se situações pouco claras de «nem paz nem guerra», o que, aliado ao uso intensivo dos «mass media», torna mais sensível as relações entre o Poder Político e as FAs. Os EUA e a Europa Ocidental têm sido particularmente atingidos por problemas daí derivados.

A Guerra do Vietname e suas sequelas foram especialmente marcantes. As palavras do General Westmoreland enquanto Chefe do Estado-Maior do

Exército são disso testemunho: «Um Exército sem disciplina, moral e orgulho, é uma ameaça para o país que jurou defender. O Exército dos EUA está ainda bastante longe de tal ameaça. Mas, pela primeira vez na história americana, o perigo de que isto possa acontecer não está mais remoto.»

Merece especial reflexão o facto destas palavras serem ditas num país onde a Democracia Política há muito está consolidada e onde não há qualquer tipo de tradição de intervenção política por parte das FAs.

Por outro lado, pela sua missão e formação, os militares têm tendência para não questionar quem manda. Tal facto produz uma espécie de angústia e instabilidade quando não aparece clara a legitimidade de quem exerce o poder.

A especificidade das situações de combate (fim último para que os militares se preparam), onde a fronteira entre a vida e a morte é muito ténue, levou a que se desenvolvam a disciplina e a obediência em grau elevado. As FAs tendem por isso a não pôr em causa quem exerce a autoridade.

Esta característica toma maior vulto nas FAs constituídas por voluntários, onde os anseios e sentimentos da sociedade civil estão mais esbatidos. Nas FAs baseadas em SMO existe uma maior harmonia de pensamento e sentimento entre as sociedades civil e militar.

Nos estados totalitários e ditatoriais a ausência de liberdade reflecte-se também na IM, e a autoridade é baseada em mecanismos psicológicos diversos mas cuja base é sempre constituída pela força. Existem verdades incontestadas, por assim dizer dogmas, o que permite uma certa paz de espírito em muitas mentes. O equilíbrio rompe-se quando é estabelecido contacto com realidades exteriores e/ou determinados objectivos não são atingidos. O que se está a passar, presentemente, nos países de Leste, é disto paradigma.

Quando, por vezes, situações de ditadura revertem para sistemas democráticos jovens e pouco experientes, a IM está sujeita a desequilibrar-se mais facilmente em relação à questão da legitimidade do Poder.

Nas Sociedades Democráticas estáveis, as FAs obedecem naturalmente ao poder constituído e são menos afectadas pelas mudanças políticas que, entretanto, se venham a dar.

O tipo de chefes militares tem também muita influência nas relações civil-militares. Distinguimos três: o Herói, o Administrador e o Caudilho.

O chefe militar completo resulta de uma conjugação equilibrada, conforme o escalão, entre a capacidade de correr riscos, liderar homens e de gerir os meios materiais à sua disposição.

A níveis inferiores prevalece normalmente a componente «herói», enquanto que subindo na cadeia hierárquica vai ganhando vantagem a componente «administrador» e a coragem física, se bem que importante, tem que dar primazia à coragem moral.

Se quisermos caracterizar o «Herói», diremos que é o profissional com maior aptidão táctica, mais propenso à resposta imediata, à resolução dos problemas de curto prazo; enquanto que o «Administrador» vê os assuntos a maior prazo, com larga profundidade, apreciando as situações com um raciocínio frio, à luz dos mais variados factores, destacando aqueles que são decisivos e actuando em função da sua previsível evolução, isto é, mais propenso à visão estratégica do que à resolução dos problemas tácticos⁽¹⁰⁾.

O Administrador ou o Gestor, por índole será sempre menos perigoso para a democracia do que o Herói, já que aceitará mais facilmente a subordinação ao Poder. E tanto assim é, quanto mais prestigiado for o herói, que dada a sua glória pode causar problemas ao poder instituído.

Os heróis são, no entanto e por motivos óbvios, necessários às FAs, sendo esta questão da sua necessidade de existência aos vários níveis, com os eventuais problemas que isso possa acarretar para a Democracia, uma das mais delicadas que se colocam no complexo relacionamento entre a IM e o Poder Político.

A situação assume foros de gravidade quando aparecem caudilhos (ou falsos heróis). Enquanto que os heróis surgem por motivos de natureza profissional, os caudilhos espreitam uma oportunidade para retirar dividendos pessoais, muitas vezes explorando situações políticas exteriores e usando demagogia. O «Caudilho» constitui um elemento desagregador da IM, já que pode dividir e manipular as FAs e representa um perigo real para as instituições democráticas.

O pessoal que constitui os exércitos é também um factor fundamental a ter em consideração nas relações entre civis e militares.

Quando os responsáveis políticos tentam pôr o Exército ao seu serviço e não ao serviço da Nação, podem subverter a IM. Assim, a fórmula usada em democracia de o povo eleger o Poder, este fazer a guerra e usar as FAs, pode evoluir para: as FAs ditam o Poder, este faz a guerra e usa o povo. Clausewitz é ainda a nossa referência para ilustrar esta questão: «o povo,

(10) General Loureiro dos Santos, obra citada, pág. 271.

que era tudo na guerra na época das invasões bárbaras, que desempenhou um grande papel em Repúblicas da antiguidade na Idade Média (se o limitarmos como convém àqueles que possuíam efectivamente os direitos de cidadãos), já não era absolutamente nada, directamente, no século XVIII; ele não conservava uma influência indirecta sobre a guerra em consequência das suas virtudes e das suas fraquezas gerais. Assim, à medida que o governo se separava do povo e se considerava ele próprio como Estado, a guerra tornou-se uma pura questão de Governo, conduzido com o dinheiro dos seus cofres e com os vagabundos ociosos que recolhia no seu país e países vizinhos»; e adiantava: «A guerra restringiu-se portanto cada vez mais, quanto aos meios e ao seu fim, ao próprio exército. O Exército... constituía um estado no Estado...» Com a Revolução Francesa a situação muda radicalmente. «...A Austria e a Prússia puseram à prova a sua arte diplomática de guerra, que bem depressa se mostrou insuficiente. Enquanto se colocavam todas as esperanças segundo a visão tradicional, uma força militar muito limitada, uma força que ninguém imaginava fez a sua aparição em 1793. A guerra tornou-se subitamente de novo uma questão do povo e dum povo de 30 milhões de habitantes que se consideravam todos como cidadãos do Estado... A participação do povo na guerra, em lugar dum gabinete ou dum exército, fazia entrar no jogo uma nação inteira com o seu peso natural». E apontava o futuro: «... que todas as futuras guerras na Europa tenham de ser conduzidas por todo o poderio dos Estados, e por consequência só tenham lugar quando grandes interesses afectaram de perto o povo, ou que um divórcio entre o governo e o povo de produza de novo a pouco e pouco...».

Em termos gerais podemos afirmar que o ideal nas autarcarias foi contar sempre com um Exército profissional e ignorante enquanto as democracias preferem umas FAs baseadas no serviço geral pessoal e obrigatório de todos os seus cidadãos.

A imagem actual que a população tem das suas FAs é fruto do relacionamento destas com o Poder Político ao longo dos tempos e das suas intervenções na defesa do País e na ordem interna.

Em Portugal podemos dizer que a Sociedade Civil tem um comportamento algo anacrónico em relação à IM: com a desculpa de que esta é uma organização fechada e por isso difícil de se dar a conhecer (o que nem sequer

é tão verdade assim), persistem em permanecer ignorantes da realidade militar alijando essa responsabilidade.

Esta situação explica-se por uma certa tradição de hostilidade para com os militares por parte da classe média a alta burguesia urbana e em particular dos intelectuais e certos grupos de esquerda, onde a IM não goza de particular prestígio.

Tal antipatia tem a sua razão de ser no que se pode referir como uma antítese civil-militar; a permissividade e o conforto face à disciplina, à ordem, ao desconforto, etc. A actividade do militar é voltada para a acção enquanto que a do intelectual é reflexiva.

O que conta, no entanto, é a inserção das FAs na sociedade no seu todo, sendo que, no nosso caso, esta inserção não está tão mal vista como se poderia julgar ao ler e ouvir a informação que os meios de comunicação nos debitam sobre ela ⁽¹¹⁾. A popularidade das FAs junto da população anda dependente da paz e da guerra, entre a hostilização e o delírio!

De um modo geral, porém, a população não desdenha as suas FAs, havendo quebras de apreciação quando estas se rebaixam (exemplo República, «PREC») ou sobem, como nos anos 40 e 50. Após 1974, dá-se um fenómeno que tem a ver com a dinâmica dos «mass media» que, em grande parte, atacam as FAs ou veiculam opiniões contrárias às mesmas. Este «bombardeio» cria no espírito das pessoas uma ampliação da realidade.

MODELOS DE RELACIONAMENTO

Vários autores têm apresentado um leque variado de modelos conceptuais de relacionamento civil-militar ⁽¹²⁾. Entre vários propostos têm colhido preferência os apontados por Janowitz: aristocrático-feudal, democrático, totalitário e estado-guarnição. O modelo aristocrático foi o que vigorou na Europa até aos efeitos da Revolução Industrial se fazerem sentir.

A base de recrutamento da elite militar era exclusivamente a elite civil — a Nobreza, o que provocava uma integração social e funcional e gerava estabilidade política. O modelo era baseado numa rigorosa hierarquia, fonte de auto-

⁽¹¹⁾ Vide resultados de um inquérito realizado sobre o Patriotismo dos Portugueses em 1988, tratado a nível do Instituto de Defesa Nacional.

⁽¹²⁾ Relativo à Europa e EUA.

ridade e de prestígio. O baixo nível de educação e especialização dos oficiais facilitava o preenchimento dos lugares de comando apenas por elementos da Nobreza. A complexidade do armamento e a sua influência na tática e estratégia iria tornar essa situação insustentável.

Em contraste com o modelo «aristocrático» aparece o modelo «democrático» em que existe uma diferença clara entre as elites civis e militares.

A subordinação do poder militar ao poder civil é inquestionável, a sua garantia é baseada através das leis votadas em Parlamento eleito e ainda pelo código ético-deontológico militar.

As FAs são uma componente do Poder Nacional, integrando-se harmoniosamente na Política Geral do Estado. No entanto, deve salientar-se que Janowitz acrescenta ser o modelo democrático mais uma meta política a atingir do que uma realidade histórica.

O modelo totalitário tem origem quando o controlo civil não se orienta para um sistema democrático. Este controlo, dado não haver também coincidência de elites, é assegurado através da selecção política dos chefes militares e de grande doutrinação.

Normalmente existem, ainda, organizações para militares ou em paralelo com as FAs e de feição nitidamente partidária. Os serviços de informação do Estado exercem, de algum modo, vigilância sobre o que se passa no seio da instituição e, no caso dos regimes comunistas, existe uma verdadeira cadeia paralela de comando exercida pelos chamados «comissários políticos».

Aquilo que se passa na América Latina, em termos de modelo totalitário, é algo diferente dos modelos desenvolvidos na Europa e noutras partes do mundo, já que, por norma, as ditaduras militares que se instalam dominam directamente a vida civil e militar.

O modelo de Estado Guarnição não corresponde a uma situação totalitária, antes resulta de uma deterioração do poder civil sobre o militar — podendo até acontecer em regimes democráticos — e da subsequente ascensão do notáveis militares no contexto nacional. Tal facto pode resultar duma quebra de liderança civil e do não controlo efectivo de alguns domínios da vida do país. Tem mais probabilidades de se desenvolver em ambiente de forte tensão internacional ou nos períodos que antecedem a entrada em guerra, nos quais as liberdades individuais podem ser restringidas.

Outros autores elaboraram outro tipo de modelos como foi o caso de Alfred Stefen, que os dividia em aristocrático, comunista, liberal, profissional

e de «padrão moderador», este último identificado com a situação vivida no Brasil entre 1945 e 1964.

Charles Moskos, baseado na sociedade americana, distingue três modelos também aplicáveis a outras sociedades: o *militar-convergente*, em que existe uma certa convergência entre as estruturas civis e militares; o *militar-divergente*, ou tradicional, em que essa convergência de estruturas não se dá havendo antes uma diferenciação entre elas; e o *pluralista*, em que há a nível interno das FAs uma actuação simultânea nos dois sentidos, divergente e convergente, mas com direcções distintas.

As designações por vezes usadas de «Poder Militar» e «Poder Civil» não são felizes, pois pressupõem, à partida, uma separação de poderes ou até de oposição entre eles. Ora o «Poder» deve ser entendido como «Nacional» e ser depois decomposto nas suas componentes militar, económica, diplomática, etc. Em termos sociológicos ficará melhor quando se fala de inserção das FAs na vida nacional, de relações entre estas e outros órgãos do Estado.

O problema do «Poder» é o objectivo central dos estudos políticos, convindo descortinar as suas origens, dimensões e caracterização, quando se fala das relações das FAs com o Poder Político ⁽¹⁵⁾.

Janowitz afirma ainda: «poucas nações tiveram êxito em solucionar adequadamente os problemas políticos das relações civil-militares e ao mesmo tempo manter a liberdade política. A Grã-Bretanha é um caso especial: lá, formas políticas de controlo democrático civil têm permanecido intactas durante um largo período histórico...» e acrescenta: «é um erro político acreditar que as FAs não constituem um grupo de pressão efectivo sobre os órgãos de governo».

Adriano Moreira referindo-se ao estado de direito afirma que: «embora querendo amparar-se na herdada proclamação da subordinação das armas ao governo legítimo, nunca pôde eliminar o facto de que as FAs estão no ambiente do processo decisório, e só por isso já participam em todo e qualquer Poder Político, façanha que não logram todos os poderes sociais em competição. Por outro lado, também não é possível esquecer que a cadeia de comando e da obediência é um fenómeno social que não corresponde necessariamente à imagem que as leis consagram, e que os fenómenos de revolta militar são

⁽¹⁵⁾ Veja-se os teóricos clássicos do Poder Político: Maquiavel, Hobbes, Lasswell e outros.

apenas a demonstração mais visível de que os factos obedecem a tendências que desfeiteiam o normativismo jurídico» ⁽¹⁴⁾.

O problema de controlo e da subordinação das FAs ao poder político legítimo é, assim, uma questão fulcral.

Samuel Huntington preconiza um controlo de tipo *objectivo* sobre a IM, através da legislação apropriada e mecanismos diversos, bem como do desenvolvimento de um profissionalismo neutral que isole de algum modo as FAs da Sociedade e da Política e que simultaneamente garanta eficácia e subordinação.

Por seu turno, Janowitz defende um controlo de tipo *subjectivo*, só possível nas sociedades democráticas, em que o profissional militar está plenamente integrado na sociedade e que o controlo civil seja livremente aceite a nível individual.

Ambos os tipos de controlo citados contêm alguns perigos, de que se destacam o desenvolvimento de um corpo militar fechado, que pode desenvolver interesses próprios desfazados da Nação, em relação ao primeiro, e um excesso de participação na vida pública, em relação ao segundo.

As formas de relacionamento civil-militares são portanto complexas, variadas e sensíveis, variando segundo as situações de momento e as épocas históricas.

A questão do papel político dos militares no seio da sociedade é o assunto mais controverso dentro do âmbito tratado. As razões da intervenção dos militares na vida política das nações, nomeadamente em Portugal, será o que procuraremos tratar no parágrafo seguinte.

RAZÕES DE INTERVENÇÃO POLÍTICA DOS MILITARES

O Poder Político pode sempre ter medo que os «guardiães da cidade se rebelem contra ela» ⁽¹⁵⁾, e terá que saber resolver, por isso, o duplo problema da subordinação da força militar ao poder político e do controlo de um

⁽¹⁴⁾ Azevedo, T. C. Esmeraldo, obra citada, pág. 71.

⁽¹⁵⁾ Segundo Eliot A. Cohen (em «Elite Military Units in Modern Democracies — Comands and Politicians»), esta é a angústia fundamental das relações dos militares com os políticos.

«Poder» que dispõe de uma força de tal natureza pelo império da lei e vontade popular. Sabe-se, que não há memória da existência de uma comunidade de qualquer tipo sem a presença da força. O modo como se aplica essa força ditará, em larga medida, a estrutura política desse Estado.

Sempre que instrumentos de força, susceptíveis de gerarem poder, actuarem à revelia do aparelho do Estado, coloca-se a necessidade da sua apropriação e do seu controlo. São exemplo disso as «nacionalizações» dos regimentos privados no século XVIII e normas para o seu controlo, a eliminação, em várias épocas, de organizações com poder económico — ordens militares, religiosas, famílias judaicas, bancos, etc.

Pretende-se evitar, deste modo, poderes paralelos e eventuais usurpações do poder.

Sendo o Poder a capacidade de fazer cumprir, são ainda as armas o que, em última instância, o pode fazer.

Segundo Maria Carrilho ⁽¹⁶⁾, a proporção de países membros das Nações Unidas cujos governos foram instalados por golpe militar cifra-se à volta de um terço. Por sua vez, o General Loureiro dos Santos ⁽¹⁷⁾ relaciona o número de golpes militares com o rendimento «per capita» no período de 1958 e 1973, mostrando que países pobres são mais susceptíveis à intervenção interna dos militares. Pode-se dizer, no entanto, que a intervenção política dos militares sempre se deu e não há nenhum país em que ela não tenha ocorrido num dado período histórico.

O que levará então a este tipo de intervenções quando é certo que existem inibições intrínsecas às FAs para estas actuarem fora da sua esfera específica de acção? Esta inibição fundamenta-se hoje em dia, no profissionalismo militar, temperado com o pessoal do contingente geral; no princípio da supremacia civil associado ao ensino e divulgação que se fez deste desiderato; à não participação universalmente aceite dos militares na luta político-partidária, e, ainda, no receio da guerra civil, que entre outras iria colocar camaradas contra camaradas ⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁶⁾ Obra citada, pág. 61.

⁽¹⁷⁾ Obra citada, pág. 261.

⁽¹⁸⁾ Como factores contrários à intervenção temos ainda a industrialização, a participação política, complexidade social e a cultura cívica.

As razões para a intervenção política das FAs terão, portanto, que sobrelevar estas. Destacamos:

- *Interesse Nacional*, quando a situação política está deteriorada e os interesses partidários prevalecem face ao interesse da comunidade, pode levar a intervenção militar dado o carácter nacional e não comprometimento partidário da IM;
- *Interesse de Ordem Sectorial*, quando existe uma ânsia de preservar a sua autonomia quanto a, por exemplo, recrutamento, instrução, efectivos, equipamentos. Resulta uma certa forma de sindicalismo militar face ao governo, dado os militares serem ciosos dos seus privilégios e «status» como instituição e defenderem os seus interesses corporativos. Um desvirtuamento do papel das FAs para além do que seria aceitável pode, inclusive, levar a que os chefes militares queiram ser os juizes últimos em todos os assuntos que digam respeito às FAs, o que iria levá-los a entrarem em áreas como a económica, diplomática, educacional de comunicação interna, etc., o que provocaria choques na estrutura governativa;
- *Distinção e extremismo das virtudes militares*, que enformam e modelam o espírito de corpo. Pode-se criar um sentimento de «missão sagrada» o que, aliado à consciência das suas capacidades e da força à sua disposição, pode propiciar uma intervenção do exército para «salvar a nação».

Todas estas razões podem ser agravadas por:

- ignorância dos chefes civis relativamente aos assuntos da Defesa Nacional e das FAs;
- ataques à IM;
- dependência dos civis face aos militares;
- existência de crises sociais/políticas;
- aparecimento de vácuo de poder;
- existência de militares com grande popularidade.

Quanto aos *níveis de intervenção* podem situar-se na influência exercida através dos canais hierárquicos/constitucionais estabelecidos, através da discussão e persuasão, podendo ir até à chantagem e à substituição de um governo por outro. O extremo da intervenção é a tomada de Poder pelas FAs.

O corolário lógico para impedir que os militares intervenham na vida política, fora do seu âmbito, seria o de evitar que as situações atrás mencionadas ocorram.

Há, assim, necessidade de estabelecer um comando efectivo, sem pôr em causa os princípios ético-deontológicos específicos da IM, utilizando métodos adequados às motivações profundas da comunidade e que tenham raízes no seu passado histórico.

Há que definir muito bem a Política de Defesa Nacional, as missões que incumbem às FAs, e, em face disso, atribuir-lhes os meios humanos, financeiros e materiais consentâneos com essas missões. Há que definir qual o tipo de serviço militar que se pretende (decisão política), face aos condicionismos existentes e o tipo de ensino militar que se pretende instituir.

É fundamental, também, escolher as pessoas que vão ocupar altos cargos em função da sua competência, pondo de lado quaisquer outros critérios, respeitando a esfera de acção própria das chefias militares dentro da própria Instituição.

Finalmente, há que fazer a defesa da IM perante a Nação e promover os direitos, liberdades e garantias dos militares, em função das limitações impostas pela condição militar.

Para que o relacionamento se torne harmonioso, há que desenvolver canais de comunicação e respeito mútuo entre os diferentes sectores da vida nacional.

O controlo das FAs deve ser feito por órgãos do poder político para isso abalizados, e investidos de autoridade fiscalizadora. E sobretudo há que aumentar a educação sobre assuntos de Defesa Nacional e FAs aos cidadãos em geral e aos quadros responsáveis e políticos em particular.

A História de Portugal é fértil em «sobressaltos» nas relações civil-militares. Durante a monarquia tradicional tentou obviar-se ao problema colocando nas mãos do Rei o comando militar. Nem sempre, porém, as coisas correram de feição.

Temos, por exemplo, os desacordos que opuseram Nuno Álvares a Alvaro Pais e, mais tarde, a D. João I; os problemas relacionados com a regência do Infante D. Pedro, cujo desfecho se deu em Alfarrobeira; os actos políticos com consequências negativas nas operações militares, e acções de militares que desestabilizaram a situação política, na época da Restauração.

A partir dos fins do século XVIII, as relações do Poder com os militares tornaram-se mais delicadas quando se começou a fazer sentir o imjecto da Revolução Francesa. D. Maria I aumenta o soldo aos militares, numa tentativa de os sossegar.

O século XIX é de acentuada confusão nas relações entre o Poder Político e as FAs, sendo a legitimidade e o exercício da autoridade constantemente discutido pelos chefes militares. As FAs partidariizaram-se em grande parte e existiam oficiais com pretígio em cada partido ou facção política e ainda nos Ministérios e no Parlamento. A situação evoluiu até que, no último quartel do século, a figura do próprio Rei começou a ser posta em causa. Quem comanda, quer comandar também politicamente. Exemplo disto foi o Marechal Saldanha, que durante 50 anos se constituiu em fiel da balança do Poder ⁽¹⁹⁾.

A situação mantém-se com cambiantes até aos dias de hoje onde, no dizer do General Loureiro dos Santos ⁽²⁰⁾, «não há nenhuma grande modificação na estrutura de Poder em Portugal que não tenha por detrás, aberta ou veladamente, por acção ou omissão, a mão do instrumento militar».

Em 1817, dá-se uma revolta contra os Ingleses onde subressai a figura de grande prestígio do General Gomes Freire de Andrade, mais tarde executado.

O golpe do «Sinédrio», em 1820, encabeçado por Fernandes Tomás, só se dá depois da adesão ou neutralização das principais Unidades do Porto. Um parêntesis é aqui necessário para referir a única altura em que a força militar esteve separada do poder político e que ocorreu durante o breve consulado de Beresford, directamente responsável perante o Rei que estava no Brasil (o mesmo acontecendo com os Governadores). A ausência de Beresford no Brasil contribuiu para o golpe de 1820.

O ultimato de Saldanha está por detrás da acatção da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro.

A implantação da República foi preparada pelas forças republicanas (onde militavam alguns oficiais e muitos sargentos) e contou com o apoio de uma organização clandestina, a «Carbonária», mas não teria vencido em 5 de Outubro caso não encontrasse a passividade das FAs. As acções a desencadear eram, aliás, para serem chefiadas por um militar: o Almirante Cândido dos Reis.

⁽¹⁹⁾ Chamavam-lhe o «D. João VII».

⁽²⁰⁾ Obra citada, pág. 263.

Finalmente, o 28 de Maio e o 25 de Abril foram desencadeados por parte importante das FAs, tendo se as restantes mantido neutrais ⁽²¹⁾.

Torna-se claro que, desde a República, os resultados da acção clandestina civil contra o poder instituído são insignificantes. O regime político vigente só é abalado ou cai quando as FAs o ameaçam.

O 28 de Maio, e o Estado Novo que se lhe seguiu, só experimentou problemas sérios com a revolta da Madeira em 1931, o General Delgado em 1958, e com a Abrilada em 1961.

Uma questão que afecta grandemente os militares é a sua tendência para admirarem e acatarem a chefia pessoal e que está relacionada com a questão: a quem obedecer? Esta característica advém do passado histórico estar recheado de vivências de poder pessoal, por ideias Sebastianistas (há-de aparecer um «salvador» que restituirá a Portugal as glórias passadas...) e ainda, pela necessidade sentida, a nível da função castrense, da unidade de comando.

Quando é claro quem manda, caso de Salazar na Segunda República, os militares recolhem-se a quartéis; quando a situação é cinzenta, as FAs agitam-se.

Exemplo típico disso são os constantes pronunciamentos militares e agitação castrense durante a I República, que mesmo assim permitiu a mobilização de cerca de 100 000 homens para combaterem em África e na Flandres, e também o sucedido entre 1826 e 1834, que levou à Guerra Civil: se até 1826 era claro que quem mandava era D. João VI, após essa data as forças políticas, e com elas as militares, dividiram-se entre o apoio ao sucessor legítimo e ao usurpador do trono.

⁽²¹⁾ Em todos os casos de intervenção militar, é muito notória a incompetência com que são tratados alguns aspectos que dizem respeito à IM e a complacência e inacção que chefes militares e, ou chefes políticos assumem quando são confrontados com determinadas questões. Por exemplo, no período que antecedeu a República, havia grande mal estar nas camadas baixas da população contra o sistema de recrutamento em vigor, de que se fazia eco, a «Revista Militar» em artigos publicados na época. Os altos postos andavam descontentes com a situação caótica do armamento e a prática de remissões. Antes do 25 de Abril, começaram a fazer-se sentir dificuldades no abastecimento de armas adequadas à luta travada em África e de algumas munições, quando era patente a disponibilidade financeira de as adquirir. Fizeram-se ouvir ainda, algumas vozes contra os militares em órgãos de soberania e actos inamistosos de parte da população branca de Angola e Moçambique em relação às FAs, factos estes que levaram a um dos piores sentimentos que um militar pode ter em campanha: sentir-se traído pelas costas! Finalmente, o grande catalizador do movimento foi o progressivo abastardamento dos quadros permanentes pela inclusão de oficiais feitos à pressa.

As intervenções militares adquirem, salvo raras excepções, um carácter conjuntural. Se os erros cometidos no passado não forem eliminados ou os ensinamentos esquecidos, as intervenções militares na vida pública do País dar-se-ão de novo

Para isto contribui a aparente falta de memória colectiva dos portugueses.

PERSPECTIVAS DE FUTURO

A inevitabilidade da guerra num futuro visível deve ser aceite como um facto da vida ⁽²²⁾. Não quer isto dizer que nos devemos conformar com a existência dos conflitos armados, ou deixemos de lado todos os esforços para se garantir a paz e melhorar as relações entre os estados e os povos. Antes pelo contrário, deveremos apontar para que as decisões sejam tomadas em termos realistas e não utópicos e ter em mente os milhares de guerras que povoaram a História da Humanidade desde que há memória.

Esta será, sem dúvida, a aproximação mais correcta, de modo a evitar gestos precipitados e extrapolações erradas que possam, inclusive, induzir a novas confrontações violentas.

Actualmente ⁽²³⁾, os acontecimentos no Leste europeu estão a mudar radicalmente e a uma velocidade surpreendente os factores que determinavam o conflito Leste-Oeste e respectivo «status quo», cuja influência se estenderá ao resto do planeta.

Assiste-se à revisão completa dos acordos de Ialta e, eventualmente, ao fim da II Guerra Mundial.

A ameaça atenuou-se consideravelmente (pelo menos aquela que era psicologicamente percebida), mas a situação passou a ser extraordinariamente mais instável.

Ninguém, no seu perfeito juízo, poderá predizer que o futuro será cor-de-rosa. Se o conflito Leste-Oeste era o mais importante a nível mundial, por envolver directamente as duas superpotências, não era o único.

Permanece o conflito Norte-Sul, os conflitos regionais (América Central, Médio Oriente, Sul de África, Península Indus-tânica, Sudoeste Asiático), a

⁽²²⁾ Sir John Hacket, obra citada, pág. 33.

⁽²³⁾ Estamos em Janeiro de 1990.

imprevisibilidade da China e o eventual aumento da agressividade religiosa islâmica. Além do mais, a evolução da própria União Soviética, que poderá ser obrigada a «descolonizar» internamente, pode dar origem a vários cenários, dos quais apenas um é favorável à paz: o da evolução progressiva e harmoniosa da «Perestroika» e «Glasnost». Mesmo este, poderá a médio prazo aumentar os perigos de guerra caso a economia da URSS se consolide e esta potência não ponha de lado as apetências de hegemonia mundial, por via doutrinal, e, na prática militar, defendida publicamente até há pouco tempo.

Na Europa tudo está dependente do problema fundamental que é a unificação alemã e suas implicações. A evolução da Europa de Leste é também muito importante. Além de poder entrar em convulsões sociais profundas, surgirão à luz do dia conflitos étnicos de fronteiras que apenas a mão de ferro comunista manteve em hibernação nos últimos 45 anos.

O futuro da OTAN e da CEE estão dependentes de todos estes factores e ainda da atitude dos EUA, ao que parece, empenhados em dar a mão à nova liderança soviética, sem baixarem as suas «guardas», ao mesmo tempo que se viram para a sua fortaleza-continente e asseguram o controlo da zona de influência vital das Américas Central e Sul (aproximação económica com o Canadá e México, neutralização política de Cuba e Nicarágua, ataques ao tráfico internacional de droga, intervenção táctica cirúrgica do Panamá, de modo a garantir o objecto estratégico de controlo do Canal).

Qualquer que seja o cenário futuro, não parece haver qualquer razão objectiva para que as FAs, como Instituição Nacional, percam a sua razão de ser ou necessitam mudar a sua forma de ser ou estar. Mas a evolução política e social trará, inevitavelmente, consequências para as relações civil-militares. O modo como os meios de comunicação tratarem os problemas irá ter uma importância fundamental no evoluir do pensamento da opinião pública, a que os governos democráticos são particularmente sensíveis.

Várias clivagens são facilmente previsíveis: os estrategas contra os tecnocratas e economicistas; sectores preocupados com a defesa e segurança contra os que privilegiam a segurança social, o bem-estar e outros. Haverá tendência para que a luta partidária caia na tentação de ganhar votos à custa da segurança futura.

Quanto aos partidos comunistas, que constituíam autênticas «quintas colunas» nos países onde não detinham o poder, vão entrar em ruptura consigo mesmos e em crise de identidade. Os que sobreviverem (caso não se dê

uma inversão completa a Leste) irão dedicar-se a temas como a Ecologia, a defesa dos trabalhadores, mas com novos chavões, e a outros cuja imaginação e a necessidade venham a distinguir como úteis. O debate ideológico diminuirá e a vida poderá tender a concentrar-se à volta do «estômago». Os princípios morais perderão a sua preponderância (como nalguns casos já perderam no Ocidente) em relação aos materiais. O «império do cifrão» pode instalar-se.

O sentimento religioso irá conhecer uma explosão nos países de Leste e na URSS, mas manter-se-á a níveis idênticos ou tenderá a baixar nas margens do Atlântico Norte caso os valores da espiritualidade não desponhem novamente.

As conversações sobre desarmamento prosseguirão, podendo chegar-se a alguns resultados, caso a ameaça de conflito se mantenha baixa e se consiga reconverter a indústria de armamento sem «custos» muito elevados. Neste momento, porém, nenhum dos Blocos foi ainda atingido na sua capacidade efectiva. A redução dos armamentos será benéfica para todos mas deve ser equilibrada de modo a não destruir a dissuasão.

A evolução dos países de Leste tenderá a por em causa a estrutura das FAs e a substituir as organizações encarregadas da segurança interna. A evolução política social, mas sobretudo económica, não permitirá uma adesão destes países à CEE nos próximos 8 a 10 anos.

Se a unificação alemã e, ou, as dificuldades surgidas com a união política ocidental puserem em causa a Comunidade Económica Europeia, haverá tendência para um fortalecimento das nacionalidades, dos acordos bilaterais, e o reforço dos laços com países do Terceiro Mundo que tenham sido ex-colónias tenderão, necessariamente, a reforçar-se.

Em síntese, a chave da paz está em conseguir-se os equilíbrios geo políticos mundiais e regionais que não ponham em perigo interesses vitais de potências dominantes e, assim, possam manter a gestão dos conflitos por meios não armados.

Portugal mantém as virtualidades e vulnerabilidades da sua situação geopolítica.

A definição dos objectivos nacionais deverá ser feita o mais objectivamente possível tendo em conta, fundamentalmente, os nossos interesses. Daqui se partiria para redefinir o Conceito Estratégico de Defesa nacional e com ele o Conceito Estratégico Militar.

O posicionamento das FAs na sociedade portuguesa, depois de definido, deverá ser defendido pelo poder político, de modo a diminuir a incompreensão da população face aos militares, e a evitar crises de identidade ou agitação nos meios castrenses.

Caso a evolução da situação internacional seja favorável ao desanuviamiento, haverá tendência, por parte dos órgãos de comunicação social e de um número substancial de organizações políticas, em induzirem a opinião pública à redução sistemática das FAs.

Em qualquer circunstância, tender-se-á a contestar o SMO e a sua duração. As mulheres tenderão a vir em maior número para as FAs. A evolução tecnológica não parará de se fazer sentir e a logística aumentará o seu peso relativo, o que exigirá uma maior competência técnica dos militares, com reflexos no seu recrutamento e instrução.

A Instituição Militar nos moldes actuais será mais cara e especializada, mas, por outro lado, os movimentos de juventude e a própria opinião pública procurarão «civilizar» as FAs e «suavizar» os termos em que é prestado o Serviço Militar.

O sistema democrático-parlamentar tenderá a «funcionalizar» as FAs e a considerar a profissão militar uma entre outras. Os vínculos castrenses serão empurrados para um contrato do tipo prestação de um serviço, «versus» remuneração.

As leis do mercado tenderão a invadir a Instituição Militar. No caso dos vínculos psicológicos que ligam o militar à sua instituição, se enfraquecerem aparecerão os sindicatos, primeiro disfarçados de associações profissionais. A inversão destas tendências só se dará caso se implementem a nível militar medidas que restaurem o sentimento de pertença-ser-não, estar, e a nível civil, desde que o ensino sobre o papel das FAs na sociedade seja veiculado através da escola primária e o estudo das matérias relacionadas com a Defesa Nacional constem de todos os cursos universitários. Para além disto, é urgente formar convenientemente os profissionais da comunicação social e criar especialistas em questões de Defesa e Segurança.

O equilíbrio das relações entre civis e militares é um problema de todos os tempos e sê-lo-á também no futuro. A distinção existente entre o relacionamento das cúpulas das FAs e os órgãos do poder executivo e legislativo, por um lado, e a inter-relação da Instituição Militar no seu todo com a Nação

em geral, por outro, deverá ser mínima, de modo a harmonizar o conjunto nacional e não criar fracturas no tecido social.

A solução para o problema passa pela escolha do tipo de FAs que sejam, simultaneamente, emanação da população (amostra representativa) e permita manter as características hierárquicas e disciplinares das mesma de modo a garantir a sua operacionalidade. Tal desiderato só se atingirá equacionando as condições que prevalecem no País, as suas motivações profundas e a vivência histórica do seu povo e das suas instituições.

João José Brandão Ferreira

Tenente-coronel Pil. Av.